

A Diretoria do SITRAEMG – SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDEAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS solicitou-me a elaboração do presente Estudo, composto de três itens¹:

1-Inflação acumulada desde junho de 2006 até maio de 2015 e projeção até 2019, comparando tais percentuais com o impacto do PLC 28;

2-Tabelas comparativas entre as remunerações dos Servidores do Poder Judiciário da União – PJU com carreiras análogas do Poder Executivo e Poder Legislativo;

3-Arrecadação do Poder Judiciário da União, Cobrança Judicial da Dívida Ativa da União, e valor da Dívida Ativa da União.

1-Inflação acumulada desde junho de 2006 até maio de 2015 e projeção até 2019 comparando tais percentuais com o impacto do PLC 28

A inflação no período, medida pelo Índice do Custo de Vida – ICV do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE, foi 70,51% entre junho de 2006 até maio de 2015.

	<i>De 06-2006 Até 05-2015</i>
Total Inflação - ICV DIEESE	70,51%
REAJUSTE EM JANEIRO DE 2013, 2014 e 2015 - 5% A CADA ANO,	15,76%

¹ Anexo ao presente texto há um conjunto de tabelas. Nelas está melhor detalhada a metodologia dos cálculos e estimativas, bem como a fonte de dados.

REAJUSTE NECESSÁRIO PARA REPOR A REMUNERAÇÃO NO MESMO PATAMAR DE JUNHO DE 2006	47,29%
---	---------------

Dessa forma, teria que haver um reajuste de 47,29% em junho de 2015 para recompor a remuneração no mesmo patamar de junho de 2006. Nesse percentual já está considerado os 5% de reajuste em janeiro de 2015.

Somente de janeiro a maio deste ano, o ICV do DIEESE já apurou uma inflação de 6,17%.

INFLAÇÃO (ICV DIEESE) ACUMULADA ENTRE JANEIRO E MAIO DE 2015	6,17%
---	--------------

A expectativa geral, é que a inflação continue em alta até pelo menos agosto deste ano, quando os índices de custo de vida, devem chegar a perto de 10% no período dos últimos 12 meses.

A partir de setembro é que deverá começar um ligeiro declínio, mas ainda em 2016 a perspectiva é de uma inflação não seja tão alta como em 2015, mas ainda superior a 2014, que pelo mesmo ICV foi de 6,73%.

INFLAÇÃO (ICV DIEESE) ACUMULADA ENTRE JANEIRO E DEZEMBRO DE 2014	6,73%
---	--------------

Assim, numa previsão, que se pode considerar como conservadora, de que de junho a dezembro de 2015, a inflação seja de 0,5% ao mês, acrescentando os 6,17% do percentual efetivamente realizado neste ano até maio, teremos em 2015 uma inflação total de 9,94%.

<i>Mês/ano</i>	<i>% Estimado</i>	<i>Acumulado no Ano</i>
<i>jun/15</i>	0,500%	6,70%
<i>jul/15</i>	0,500%	7,23%
<i>ago/15</i>	0,500%	7,77%
<i>set/15</i>	0,500%	8,31%
<i>out/15</i>	0,500%	8,85%
<i>nov/15</i>	0,500%	9,39%
dez/15	0,500%	9,94%

Somando o ICV já realizado de junho de 2006 a maio de 2015, conforme acima, de 70,51%, acrescentando 0,5% de junho a dezembro de 2015, temos um custo de vida de 76,57%, no período até dezembro de 2015.

De 06-2006 Até 12-2015

Total Inflação - ICV DIEESE – Estimativa de 0,5% de junho a dezembro de 2015

76,57%

Para 2016, foi estimada a inflação, como a média de 2014 e 2015, já que como explicado anteriormente, a expectativa é de ela ainda esteja acima do percentual de 2014, mas não tão alta como em 2015.

O percentual previsto é de 8,34%.

INFLAÇÃO/PERÍODO	ICV
INFLAÇÃO ESTIMADA 2016 MÉDIA DE 2014 E 2015	8,34%
INFLAÇÃO ESTIMADA 2017 - MESMO PERCENTUAL DE 2014	6,73%
INFLAÇÃO ESTIMADA 2018 - MESMO PERCENTUAL DE 2014	6,73%

Para 2017 e 2018 a estimativa é que ela volte ao patamar de 2014, portanto estimada em 6,73% como foi o ICV do DIEESE para o ano passado.

Assim, acrescentando com os percentuais acima a inflação desde junho de 2006 até dezembro 2018, foi estimada em 117,91%.

Total Inflação - ICV DIEESE – ESTIMATIVA ATÉ 2019	117,91%
REAJUSTE EM JANEIRO DE 2013, 2014 e 2015 - 5% A CADA ANO	15,76%
REAJUSTE NECESSÁRIO PARA REPOR A REMUNERAÇÃO NO MESMO PATAMAR DE JUNHO DE 2006	88,25%

Caso não haja nenhum outro aumento na remuneração será necessário um reposição de 88,25% no conjunto da folha de pagamento dos servidores do PJU, para recompor os salários no mesmo patamar de junho de 2006.

O PLC tem impacto de R\$ 10,3 bilhões, em 2018, quando será integralizado esse custo no orçamento do PJU, embora a última parcela esteja prevista para julho de 2017, mas até então o custo ainda será parcial.

IMPACTO ANO A ANO		
IMPACTO EM 2015	R\$	1.434.642.360
IMPACTO EM 2016	R\$	5.235.747.497
IMPACTO EM 2017	R\$	8.355.571.793
IMPACTO EM 2018	R\$	10.383.109.711

O Orçamento de Pessoal e Encargos Sociais de 2015 do PJU é de R\$ 28,6 milhões.

Assim o impacto do PLC em 2015 será de apenas 5,01%.

Considerando o mesmo montante de folha de 2015 para 2016, o impacto será de 18,29%.

Da mesma forma, em 2017 o impacto será 29,19%, e, em 2018 de 36,27%.

Note que em 2018 o percentual de impacto na folha de 36,27% será ainda MENOR do que o reajuste necessário em maio de 2015 que é de 47,29%.

Embora os Sindicatos e a FENAJUFE tenha defendido o pagamento integral do PLC em 2015, quando do envio do PL, o STF apresentou-o com um longo parcelamento.

ORÇAMENTO DE PESSOAL DO PJJ EM 2015	28.629.633.463,00
IMPACTO EM 2015	1.434.642.359,72
PERCENTUAL DE IMPACTO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	5,01%
ESTIMATIVA ORÇAMENTO DE PESSOAL DO PJJ EM 2016 = 2015	28.629.633.463,00
IMPACTO EM 2016 SOBRE A FOLHA DE 2015	5.235.747.497,13
PERCENTUAL DE IMPACTO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	18,29%
ESTIMATIVA ORÇAMENTO DE PESSOAL DO PJJ EM 2017 = 2015	28.629.633.463,00
IMPACTO EM 2017 SOBRE A FOLHA DE 2015	8.355.571.792,63
PERCENTUAL DE IMPACTO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	29,19%
ESTIMATIVA ORÇAMENTO DE PESSOAL DO PJJ EM 2018 = 2015	28.629.633.463,00
IMPACTO EM 2018 SOBRE A FOLHA DE 2015	10.383.109.710,94
PERCENTUAL DE IMPACTO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	36,27%

Assim, a categoria judiciária federal, mesmo na melhor hipótese, com a aprovação do PLC, terá sua remuneração ainda muita defasada nos próximos anos.

Nas tabelas em anexo, existe um comparativo com projeção de aumento na folha de pagamento de 6,5% ao ano. Neste caso o impacto no período seria ainda menor de 30,02%.

2-Tabelas comparativas entre as remunerações dos Servidores do Poder Judiciário da União – PJU com carreiras análogas do Poder Executivo e Poder Legislativo

A TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO. 66 - Março de 2015 – MPOG contem informações sobre as remunerações dos servidores do Poder Executivo.

Nela podem ser encontradas DEZENAS de carreiras com remunerações, para cargos análogos, de Nível Superior, aos do Poder Judiciário com remunerações muito maiores, como pode ser visto na tabela abaixo, onde foram destacados **alguns** casos.

EXECUTIVO				JUDICIÁRIO		Diferença			
Carreira/Órgão	Cargo	Final	Inicial	Final	Inicial	Final R\$	Final %	Inicial R\$	Inicial %
Auditoria da R F	Auditor-Fiscal R F	22.474	15.714	13.219	8.804	-9.255	-70,01%	-6.910	-78,48%
Banco Central	Analista	21.391	15.004	13.219	8.804	-8.172	-61,82%	-6.200	-70,42%
CVM	Analista	21.371	14.989	13.219	8.804	-8.152	-61,67%	-6.185	-70,26%
CVM	Quadro Suplementar	18.129	12.941	13.219	8.804	-4.910	-37,14%	-4.137	-46,99%
Grupo de Gestão	Analista de Comércio Exterior	21.371	14.989	13.219	8.804	-8.152	-61,67%	-6.185	-70,26%
Grupo de Gestão	Analista de Finanças e Controle	21.371	14.989	13.219	8.804	-8.152	-61,67%	-6.185	-70,26%
Grupo de Gestão	Analista de Planejamento e Orçamento	21.371	14.989	13.219	8.804	-8.152	-61,67%	-6.185	-70,26%
Grupo de Gestão	Especialista em Pol Pub e Gest Gov	21.371	14.989	13.219	8.804	-8.152	-61,67%	-6.185	-70,26%
SUSEP	Analista	21.371	14.989	13.219	8.804	-8.152	-61,67%	-6.185	-70,26%
SUSEP	Nível Superior	21.371	14.989	13.219	8.804	-8.152	-61,67%	-6.185	-70,26%
Agências Reguladoras	Analista Administrativo	17.662	12.464	13.219	8.804	-4.443	-33,61%	-3.660	-41,58%
Agências Reguladoras	Especialistas - Vários	18.991	13.593	13.219	8.804	-5.772	-43,66%	-4.789	-54,40%

Chegando a 70,01% a maior para cargos em final de carreira, e 78,48% em relação ao início de carreira.

Quanto às carreiras do Poder Legislativo, as diferenças são ainda maiores.

De até 118,96% para o final de carreira e de até 213,29% para o início de carreira.

LEGISLATIVO				JUDICIÁRIO		Diferença			
Carreira/Órgão	Cargo	Final	Inicial	Final	Inicial	Final R\$	Final %	Inicial R\$	Inicial %
SENADO	CONSULTOR E ADVOGADO	28.944	27.582	13.219	8.804	-15.725	-118,96%	- 18.778	-213,29%
SENADO	ANALISTA LEGISLATIVO	24.194	21.347	13.219	8.804	-10.975	-83,03%	- 12.543	-142,47%
CAMARA DOS DEPUTADOS	NÍVEL SUPERIOR	26.005	20.384	13.219	8.804	-12.786	-96,73%	- 11.580	-131,54%

Quanto aos cargos de nível médio, nas carreiras do Poder Executivo, em comparação com as do Poder Judiciário, são menos carreiras com diferenças de remuneração, mas ainda existem várias situações.

Vale salientar que em virtude da estratosférica demanda judicial, a função de analista e técnico, na prática, por não haver condições objetivas de distingui-las, terminam sendo as mesmas, havendo apenas uma remuneração menor para os servidores de nível médio.

As diferenças são de até 29,21% para cargos análogos em final de carreira e de até 12,90% para os de início de carreira.

EXECUTIVO				JUDICIÁRIO		Diferença			
Carreira/Órgão	Cargo	Final	Inicial	Final	Inicial	Final R\$	Final %	Inicial R\$	Inicial %
Agente de Inteligencia	ABIN	9.777	5.689	8.057	5.366	-2.007	-29,21%	-590	-12,90%
Técnico	Banco Central	9.781	5.692	8.057	5.366	-1.580	-22,99%	-342	-7,48%
Técnico em Finanças	Gestão	9.781	5.692	8.057	5.366	-2.002	-29,14%	-588	-12,85%
Técnico em Planejamento	Gestão	9.781	5.692	8.057	5.366	-2.001	-29,14%	-588	-12,85%

Novamente, em relação às carreiras do Poder Legislativo, as diferenças são bem maiores.

De até 150,54% para o final de carreira e de até 198,44% para o início de carreira.

LEGISLATIVO				JUDICIÁRIO		Diferença			
Carreira/Órgão	Cargo	Final	Inicial	Final	Inicial	Final R\$	Final %	Inicial R\$	Inicial %
SENADO	TÉCNICO LEGISLATIVO	19.174	16.014	8.057	5.366	- 11.117	137,98%	10.648	-198,44%
CAMARA DOS DEPUTADOS	NÍVEL INTERMEDIÁRIO ESPECIALIZADO	20.186	13.579	8.057	5.366	- 12.129	150,54%	8.213	-153,05%
SENADO	TÉCNICO LEGISLATIVO	19.174	16.014	8.057	5.366	- 11.117	137,98%	10.648	-198,44%

3-Arrecadação do Poder Judiciário da União, Cobrança Judicial, da Dívida Ativa da União, e valor da Dívida Ativa da União.

O PJU também tem uma grande importância na arrecadação da União.

O seu fortalecimento, certamente propiciaria uma melhoria nas finanças públicas.

Segundo a PGN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em 2011², da Dívida Ativa da União, foram arrecadados R\$ 12,6 bilhões.

O custo Integral do PCS, que como vimos acima só ocorrerá em 2018 é de R\$ 10,3 bilhões.

² Não haviam dados disponíveis mais atualizados quando da elaboração do presente texto.

Arrecadação X Custo Bruto PLC	
Arrecadação da Dívida Ativa da União - Ajuizados - Parcelados e Não Parcelados - 2011	12.601.020.000,00
Custo INTEGRAL PLC	10.383.109.710,94
Arrecadação X PLC	121,36%
PLC X Arrecadação	82,40%

Assim essa arrecadação anual, é equivalente a 121,36% do custo do PLC.

Em 2014 havia um Estoque Ajuizado da Dívida Ativa da União no extraordinário montante de 1,257 trilhões.

O custo do PLC, em 2018, será de apenas 0,83% do valor que está ajuizado.

Cobrança JUDICIAL da Dívida Ativa União X Custo PLC	
Estoque Ajuizado da Dívida Ativa da União em 2014	1.257.087.194.095,93
Custo INTEGRAL PLC	10.383.109.710,94
Cobrança JUDICIAL da Dívida Ativa União X PLC	12107,04%
PLC X Cobrança JUDICIAL da Dívida Ativa União	0,83%

Além disso, há uma previsão no PLDO – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, de que a Dívida Ativa da União chegue a um de total de R\$ 1,506 trilhões, no segundo semestre de 2015.

Boa parte desse montante deverá entrar em cobrança judicial, o que deverá nos próximos aumentar significativamente a arrecadação do PJU.

O PLC equivale a módicos 0,69%, do total da Dívida Ativa da União.

Dívida Ativa União X Custo PLC	
Previsão da Dívida Ativa da União no 2o. Semestre de 2015 - CN para PLDO 2015	1.506.106.482.180,81
Custo INTEGRAL PLC	10.383.109.710,94
Dívida Ativa União X PLC	14505,35%
PLC X Dívida Ativa da União	0,69%

Em síntese a reivindicação dos servidores do PJU, de aprovação do PLC 28, em relação à inflação, está até mesmo aquém do percentual necessário para repor as perdas salariais.

Os mesmos têm remunerações bem menores do que inúmeras carreiras correlatas do Poder Executivo de Poder Legislativo.

E, o PJU, embora não seja a sua principal função, tem um papel importante nas finanças nacionais, em relação do volume imenso de cobranças judiciais da Dívida Ativa da União.

São Paulo, 06 de Julho de 2015.

Washington Luiz Moura Lima

Economista